

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LARISSA GOTFRID SELINGA

**A ATIVIDADE EXTRACLASSE COMO FERRAMENTA POTENCIALIZADORA  
DO PROCESSO FORMATIVO EM CONTEXTOS DE VULNERABILIDADE: UMA  
ANÁLISE DO PROJETO REALIZADO POR UMA ESCOLA MUNICIPAL DE  
ARAUCÁRIA-PR**

CURITIBA

2019

LARISSA GOTFRID SELINGA

**A ATIVIDADE EXTRACLASSE COMO FERRAMENTA POTENCIALIZADORA  
DO PROCESSO FORMATIVO EM CONTEXTOS DE VULNERABILIDADE: UMA  
ANÁLISE DO PROJETO REALIZADO POR UMA ESCOLA MUNICIPAL DE  
ARAUCÁRIA-PR**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Educação Física, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. Sergio Roberto Chaves Junior

CURITIBA

2019

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço de coração a Deus, que cuida tanto de mim e se faz presente em minha vida todos os dias.

Aos meus pais, Luciana e José Luiz, por valorizarem e acompanharem minha educação, sempre me estimulando a ser mais. Agradeço também pelos ensinamentos, companhia e carinho.

À minha irmã, Nathassia, por sempre estar ao meu lado, me auxiliando e aconselhando. Obrigada por ser minha parceira em todos os momentos e por sempre buscar o melhor para todos nós.

Aos meus amigos mais próximos, por todas as vezes que me acolheram, acalmaram e motivaram.

Aos meus professores do Colégio Bom Jesus São Vicente e da Universidade Federal do Paraná, por todo o aprendizado. Em especial a Vera Moro, Simone Rechia, Letícia Godoy e Sérgio Abrahão por serem minhas grandes inspirações e meus principais incentivadores dentro da graduação.

Por fim, ao meu orientador Sergio Roberto Chaves Junior, que fez a diferença na minha formação e na minha vida desde a disciplina Metodologia do Ensino da Educação Física. Obrigada por ser muito mais do que um professor, por se preocupar comigo além das questões acadêmicas e por sempre me motivar. Muita admiração por você!

## **RESUMO**

O presente estudo busca entender como a atividade extraclasse pode ser um recurso nas escolas inseridas em contextos vulneráveis, em busca de uma educação justa e eficaz. Desenvolvido a partir de revisão bibliográfica, leitura de documentos e entrevista semiestruturada, o estudo de caso analisou a atividade extraclasse realizada por uma escola municipal de Araucária-PR. Com base na investigação foi possível compreender que atividades como essa ultrapassam as dimensões escolares, impactando no processo formativo integral desses alunos. Refletindo sobre seus limites e possibilidades, considera-se que uma ação como essa não pode findar-se nela mesma e que providências devem ser tomadas pelas instâncias governamentais a fim de oportunizar uma educação de qualidade para todos.

Palavras-chave: Atividades Extraclasse; Vulnerabilidade; Mecanismos Compensatórios.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
1.1	OBJETIVOS.....	7
1.1.1	Objetivo geral.....	7
1.1.2	Objetivos específicos.....	7
1.2	METODOLOGIA.....	8
<b>2</b>	<b>REFLEXÕES INICIAIS.....</b>	<b>10</b>
2.1	Conceitos fundamentais.....	10
<b>3</b>	<b>IMERGINDO NA EXPERIÊNCIA.....</b>	<b>15</b>
3.1	Caracterização da escola municipal.....	15
3.2	O planejamento e a realização da atividade extraclasse: a viagem para Foz do Iguaçu-PR.....	18
<b>4</b>	<b>PARA PENSARMOS EM CONJUNTO: E OS PRÓXIMOS PASSOS?.....</b>	<b>23</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>25</b>
	APÊNDICE – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	28

## 1 INTRODUÇÃO

Tratando-se do ensino fundamental, a educação brasileira está muito próxima de alcançar a universalização, se observarmos os dados da PNAD (2004), que retratam que mais de 96% da população entre 7 e 14 anos, das regiões metropolitanas do país, frequenta a escola. Ainda que essa seja uma conquista para o sistema educacional, as desigualdades continuam presentes no mesmo, sejam elas “entre os estudantes, entre as escolas, entre classes de uma dada escola e entre as regiões em que se localizam as escolas” (TORRES, et al, 2008, p.59). Nesse sentido, François Dubet (2004) incita o debate afirmando que a escola se tornou mais justa apenas por permitir que todos entrem na mesma competição, mas não por reduzir as diferenças existentes entre os resultados obtidos pelas categorias sociais.

Ainda de acordo com o autor, as desigualdades sociais pesam nas desigualdades escolares e, levando isso em consideração, uma oferta escolar igual e objetiva, que desconsidere os contrastes existentes entre os alunos, não é adequada. Para que haja mais justiça, é preciso que a escola leve em conta tais contrastes e procure, de certo modo, compensá-los, assumindo o princípio da discriminação positiva (DUBET, 2004). A discriminação positiva seria um conjunto de atitudes que “supõe um tratamento desigual de modo a igualar as oportunidades de grupos desfavorecidos” (GLUZ, 2010), funcionando como um método de compensação, onde dão mais para aqueles que têm menos. Esse princípio, de acordo com Gluz (2010), está presente em políticas educacionais, defendendo novas concepções sobre a igualdade e a justiça escolar; sendo a compensação, então, uma estratégia política “ao reconhecer que a aquisição de conhecimentos e competências se encontra socialmente condicionada” (BOLÍVAR, 2005, apud GLUZ, 2010), buscando “garantir que os coletivos sociais se beneficiem com as mesmas oportunidades de sucesso e/ou mobilidade social que o resto da população, fortalecendo as solidariedades coletivas” (WIEVIORKA, 2004, apud GLUZ, 2010).

Sensibilizada por questões ligadas à sociologia da educação, desde o início da minha graduação, me preocupo em refletir sobre a realidade presente em nosso sistema educacional como um todo e em estratégias para buscar aquilo que acredito: uma educação para a vida, que ultrapasse os muros da escola. Meus

ideais foram motivados por alguns professores e algumas disciplinas que cursei, permanecendo comigo durante os quatro anos de faculdade e resultando nessa pesquisa. Em diálogo com uma educadora que admiro muito, descobri a realização de uma atividade extraclasse realizada por uma escola municipal de Araucária - PR que logo de início me deixou maravilhada e na hora pensei “é isso! É sobre isso que eu quero escrever!”; considerando que são iniciativas como essa que promovem uma educação transformadora e que são profissionais como os envolvidos nessa atividade que realmente fazem a diferença na vida daqueles que mais precisam.

Ao objetivar uma trajetória mais equânime para aqueles que estão inseridos nas escolas, torna-se necessário refletir sobre as ferramentas utilizadas nessa busca, as quais variam de escola para escola, de acordo com suas necessidades específicas. O presente estudo analisa a atividade extracurricular que foi organizada por uma escola municipal, visando oportunizar uma nova experiência para os alunos, em diálogo com os conteúdos trabalhados em sala. Entender quais foram as motivações, intenções e repercussões dessa atividade passa a ser determinante para analisá-la como um todo. Desse modo, o problema a ser investigado é o papel da atividade extraclasse dentro das escolas vulneráveis.

## 1.1 OBJETIVOS

### 1.1.1. Objetivo Geral

Compreender como as atividades extraclasse podem ser potencializadoras do processo formativo e quais seus papéis dentro de contextos vulneráveis.

### 1.1.2. Objetivos Específicos

- Discutir, a partir do referencial teórico, elementos conceituais acerca da educação em contextos vulneráveis;
- Caracterizar a escola municipal e identificar os procedimentos que levaram a realização da atividade extraclasse;
- Investigar de que maneira a atividade extraclasse colabora para a efetivação dos princípios de uma escola justa e eficaz;
- Refletir sobre os limites e possibilidades da atividade extraclasse.

## 1.2 METODOLOGIA

O trabalho está ancorado em alguns balizadores metodológicos. Podemos caracterizar, de início, que se trata de um estudo de caráter qualitativo, que apresenta interação entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável do mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzida em números” (SILVA; MENEZES, 2005, p. 20). Minayo (2001) afirma que, na abordagem qualitativa, o universo de significados, valores e atitudes é trabalhado, assim atingindo maior profundidade no estudo das relações, processos e fenômenos, o que não pode ser quantificado.

Também é possível caracterizar a presente monografia como um estudo de caso descritivo, que, para Martins (2008) “possibilita a penetração em uma realidade social, não conseguida plenamente por um levantamento amostral e avaliação exclusivamente quantitativa”. Considerado como o método mais adequado quando a intenção é conhecer em profundidade as nuances de determinado fenômeno (FREITAS; JABBOUR, 2011).

A atividade extracurricular analisada nesta pesquisa foi realizada em 2018 por uma escola municipal localizada no Município de Araucária, pertencente a Região Metropolitana de Curitiba-PR. Essa escola foi fundada em 2000, tendo em seu espaço escolar apenas quatro salas de aula, pátio restrito e ausência de arborização. A instituição atende ao primeiro nível da Educação Básica: Educação Infantil e Ensino Fundamental – Anos iniciais em dois turnos, manhã (07h45 às 11h45) e tarde (13h às 17h). Participaram da atividade extracurricular as turmas de 5º ano.

Os instrumentos utilizados no estudo foram revisão de literatura; leitura do Projeto Político Pedagógico; visita à escola; acesso ao diário de bordo e apostila de conteúdos específicos relacionados à viagem, estruturados pela equipe pedagógica, e uma entrevista semiestruturada com a professora que no ano de realização da atividade era diretora da escola.

Na entrevista semiestruturada “o pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal.” (BONI e QUARESMA, 2005, p.75). Ainda de acordo com esses autores, a técnica semiestruturada é muito utilizada quando se deseja delimitar a dimensão das informações, com o objetivo de obter um maior

direcionamento para o tema. Entre as vantagens da utilização desse método, Boni e Quaresma (2005) destacam a elasticidade quanto à duração e a interação entre o entrevistador e o entrevistado, que acaba favorecendo a espontaneidade nas respostas e também gera uma troca mais afetiva entre as duas partes, colaborando na investigação de aspectos valorativos e de significados pessoais.

## 2 REFLEXÕES INICIAIS

### 2.1 Conceitos fundamentais

O fenômeno da segregação socioespacial existente nas metrópoles e, conseqüentemente, a concentração dos mais pobres nas regiões marcadas pelo isolamento e pela escassez de bens e serviços, está, segundo o estudo realizado por Maurício Érnica e Antônio Batista (2011), diretamente relacionado a baixos indicadores educacionais, o que retrata o chamado “**efeito território**”. Essas regiões são consideradas **vulneráveis**, o que faz com que seja necessário voltarmos nossos olhares a elas, pois, de acordo com Ribeiro e Vóvio (2017), a vulnerabilidade do território interfere nas oportunidades educacionais e, quanto maior for o nível da vulnerabilidade presente no entorno da escola, mais limitada fica a qualidade das oportunidades oferecidas pela mesma.

A **justiça e a qualidade educacional** podem ser interpretadas de muitas maneiras, isso porque suas definições e concepções são variadas, o que faz com que não haja uma solução perfeita, mas sim uma combinação de escolhas limitadas (DUBET, 2004). Partindo do pressuposto de que todos estão assegurados pela constituição e têm direito aos conhecimentos considerados fundamentais, o desafio atual parece ser, além de efetivar esse ensino, torná-lo “uma experiência enriquecedora do ponto de vista humano, político e social” consubstanciando “um projeto de emancipação e inserção social” (OLIVEIRA e ARAUJO, 2005, p.16-17). Considerando que a vulnerabilidade limita as oportunidades educacionais, nesses contextos o desafio mencionado se torna ainda maior.

Para Ribeiro e Katzman, “é preciso lutar contra as **desigualdades de origem**, que já definem a posição e trajetória dos indivíduos na sociedade (2008, p.18, grifos meus). A criação das políticas educacionais e a própria atuação dos funcionários que compõem o quadro educativo deve ser motivada por essa luta, buscando mecanismos para desatrelar o desenvolvimento educacional das condições desiguais e limitantes.

Dependendo das atitudes da equipe pedagógica e do próprio sistema educacional, as **desigualdades** são evidenciadas, o isolamento social e cultural é

reforçado, os padrões de segregação passam a ser reproduzidos dentro de seus muros, assim restringindo as possibilidades e oportunidades dos seus alunos. Isso acontece quando, por exemplo, as dinâmicas sociais do território são internalizadas (ÉRNICA e BATISTA, 2011) ou os professores com baixa colocação em concursos públicos são direcionados para as escolas de periferia (TORRES et al, 2008). Do ponto de vista justo, a escola tem a função de lutar contra o peso das desigualdades de origem social, buscando eliminar obstáculos geográficos, financeiros, institucionais, culturais e psicológicos que possam impedir a criança de ter acesso ao nível de formação; o que reflete diretamente em seu desempenho, pois um aluno considerado “fraco”, quando em condições ideais de aprendizagem, pode se tornar tão competente quanto um aluno que é considerado “forte” e está submetido a condições normais de ensino (CRAHAY, 2013).

Assim, torna-se fundamental considerar as desigualdades e tentar compensá-las de alguma maneira, fugindo da lógica igualitária. Para que isso aconteça, François Dubet (2004) sugere como alternativa a utilização de **mecanismos compensatórios** que sejam eficazes e centrados nos alunos e em seu trabalho, podendo ser: estudos dirigidos, atividades esportivas e culturais, entre outros.

No estudo realizado por Carvalho, Batista e Alves (2014) fica claro que as escolas que fornecem atividades educativas diversificadas, como excursões, passeios e atividades extras, são vistas pelos pais com maior prestígio e, assim, o desejo de que seus filhos estejam matriculados nelas aumenta, já que a presença dessas atividades simboliza “maior investimento e melhores condições de ensino” (ibid., p.129). A valorização dessas atividades fica evidente em um dos relatos presentes no estudo:

Laura relatou que a escola promove diversos passeios com os alunos para o cinema, museu, teatro, e completou: “Eu acho isso muito importante [os passeios]. O pessoal aqui não tem oportunidade de levar os filhos para esses lugares. Assim eles podem ter essa experiência. (ibid., p. 130).

Nessa linha de proposta, conheci o Projeto Equidade<sup>1</sup>, que, também reconhece a importância das atividades extraclasse dentro da educação, e investiu na realização delas em algumas escolas participantes. O Projeto Equidade teve início em 2015, em busca do fortalecimento das escolas mais vulneráveis da Rede Municipal de Curitiba-PR. Suas metas e estratégias foram definidas de acordo com a necessidade específica de cada escola, objetivando para todas elas a garantia de que nenhuma criança seria deixada para trás, seguindo o princípio da discriminação positiva, buscando uma escola justa. Nas instituições em que as **atividades extraclasse** foram utilizadas como ferramentas para alcançar esse grande objetivo geral, as equipes pedagógicas defendiam que essa é uma maneira de “dar às crianças experiências às quais elas não teriam acesso” (FERNANDES, 2016, p.18).

Entretanto, há outros fatores ligados à escola que parecem influenciar o rendimento dos alunos. Suárez e Groisman (2008) apontam que uma melhor infraestrutura colabora para a otimização dos resultados. Por infraestrutura entende-se tanto recursos físicos (como salas de aula adequadas, pátio e conservação do ambiente em geral) quanto recursos pedagógicos (como equipamentos e materiais); que influenciam a escola como um todo, desde o trabalho do professor em sala de aula até as possibilidades da criança nesse ambiente no tempo livre do intervalo, por exemplo. Um local atraente, agradável e equipado potencializa as experiências vividas nele, promovendo a vontade da criança e dos próprios profissionais de estarem lá dentro e sentirem-se parte da escola.

Soares et al (2001, apud TORRES et al, 2008) afirmam que, em escolas com maior heterogeneidade social, os alunos mais pobres têm uma performance escolar mais alta, se comparados com aqueles que frequentam escolas mais homogêneas. Isso mostra que as diferenças podem ser motivadoras, desde que o professor responsável pela turma saiba como lidar com elas, sem fazer comparações, mas sim buscando maneiras de estimular o desempenho de cada um, mesmo que com sua singularidade.

---

<sup>1</sup> Projeto elaborado com a intenção de apoiar as escolas municipais mais vulneráveis de Curitiba, a partir do investimento na mobilização de recursos humanos, na vida cultural e na interação com a comunidade. Informações em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/projeto-equidade-completa-um-ano-em-curitiba-e-faz-historia-ao-reduzir-a-evasao-pela-metade-8yxy1sk0gmqlywre3tnrj518g/>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

Román (2003, apud TORRES et al, 2008) estabelece uma relação entre o baixo rendimento dos alunos e as percepções que os próprios professores constroem e reproduzem sobre seus alunos pobres. O professor que se limita a ver seus alunos como coitados e incapazes, deixa de ver o potencial que há em cada um. Assim, deixa de propor desafios e incentivar seus alunos a sempre buscarem mais, se contentando em passar o básico do conteúdo, muitas vezes sem cobrar uma apropriação efetiva dos aprendizados e, assim, se tornando um profissional taxativo e restritivo, prejudicando o desenvolvimento integral dos estudantes.

Torres et al (2008) reafirmam o aspecto da infraestrutura e acrescentam o oferecimento de alguns serviços como transporte, material e merenda, além do tempo permanecido na escola. Muitas vezes esses fatores acabam sendo determinantes para a frequência da criança na escola, já que algumas não têm como se locomover de sua residência até a instituição, devido à distância ou falta de companhia de um responsável; não possuem condições para comprar os materiais solicitados, mesmo quando simples; fazem a principal ou a única refeição completa na escola; não têm com quem ficar em casa quando o período escolar termina ou, na pior das hipóteses, vivem todos esses fatores combinados. Nesses casos a escola acaba assumindo uma função muito maior do que a educacional, tornando-se uma extensão da casa de seus alunos.

Esse conjunto de autores ressalta vários aspectos que podem vir a impactar o **desempenho escolar** das crianças, o que confirma a necessidade de voltar nosso olhar para a realidade que cada escola e seu entorno carregam, sem tentar aplicar os mesmos métodos em todas elas. O refinamento desse olhar e a necessidade de um tratamento diferenciado é defendido também por Torres et al, que afirmam:

(...) aplicar as mesmas regras universais relacionadas à distribuição de recursos, alocação de profissionais e critérios de transferência implica manter intacto o quadro de desigualdades educacionais entre escolas de centro e periferia. (2008, p. 85).

Sensibilizando-nos com a luta por uma educação de qualidade para todos, é imprescindível considerarmos as distinções presentes em cada realidade, pois é a partir do reconhecimento delas que podemos traçar um plano para compensá-

las. Na sequência do trabalho são abordadas questões específicas do objeto de estudo, a escola municipal de Araucária-PR.

### 3 IMERGINDO NA EXPERIÊNCIA

#### 3.1 Caracterização da escola municipal

A cidade de Araucária faz parte da Região Metropolitana de Curitiba, que em geral apresenta condições sociais e urbanas que pressionam o desenvolvimento das regiões periféricas, gerando desigualdades intrarregionais. As regiões periféricas acabam surgindo por uma junção de fatores, como o crescimento demográfico acentuado, os problemas de acessibilidade e mobilidade urbana, o acesso à moradia e a má distribuição de renda; tornando, assim, os municípios pertencentes à região metropolitana de Curitiba em um cenário com contrastes (PPP, 2016).

A escola municipal está localizada no bairro Jardim Alvorada, a uma distância de 7,6 km do centro da cidade, próxima a várias indústrias e fábricas, condição que evidencia a existência do efeito território na comunidade e, conseqüentemente, reflete no ensino das crianças.

É uma unidade educacional relativamente pequena, com turmas únicas do Pré II ao 5º ano, com cerca de 20 funcionários entre professores e serventes. Sua infraestrutura conta com 04 salas de aula, 01 laboratório de informática, 02 banheiros para estudantes e 01 para funcionários, cozinha, secretaria, sala de direção, sala dos professores, sala das pedagogas, sala para atendimento no suporte pedagógico, um espaço destinado ao almoxarifado e pátio coberto. Segundo o Projeto Político Pedagógico da escola, escrito em 2016, o ambiente não é considerado humanizador:

O pátio é bastante restrito, não há arborização, é tudo concreto, tem apenas 5 metros entre o muro da Unidade Educacional e a construção das salas. É neste espaço que são realizadas as aulas de Educação Física. Como esta área é muito próxima das salas de aula, o barulho incomoda aqueles que estão em sala e também preocupa o profissional que está no pátio. (PPP, 2016, p.24)

A infraestrutura precária se torna um agravante da vulnerabilidade que já é encontrada no bairro, trazendo-a para dentro da instituição também, reforçando a desigualdade existente. Esse é um dos fatores que acaba gerando impactos no

processo de ensino aprendizagem, o que é chamado de efeito escola. Os estudos realizados sobre o efeito escola “caracterizam-se por levar em consideração processos, práticas e políticas internas no âmbito da escola e sua relação com o desempenho dos alunos” (OLIVEIRA, JORGE e SILVA, 2011, p.7).

Mesmo que o acervo literário seja restrito, para contornar a ausência de um espaço destinado à biblioteca, cada turma possui uma “sacola de leitura” que é encaminhada para casa do aluno, juntamente com os livros e um caderno em que é realizado o registro da atividade proposta pela professora regente.

Em setembro de 2015 e em março de 2016 foram encaminhados às famílias instrumentos de pesquisa da caracterização da comunidade escolar e, a partir deles, foram levantados os seguintes dados:

- 67% das famílias são constituídas por pai, mãe e filhos; 22% vivem apenas com a mãe. Em média 3 a 4 pessoas moram na mesma casa.
- 99% das famílias que fazem parte dessa comunidade escolar são moradoras do próprio bairro, sendo que 46% residem no local há aproximadamente três anos.
- Com relação aos empregos e renda, a minoria dos pais trabalha sem registro em carteira, apenas 7%. Dos questionários respondidos, estimou-se que aproximadamente metade dos pais recebe até 2 salários mínimos mensais. Sendo assim, a comunidade escolar está classificada na baixa classe média, de acordo com a classificação de 2014.
- 25% das famílias declararam ser beneficiários do Programa Bolsa Família; 3% do Programa Renda Cidadã e do Benefício de Prestação Continuada; 2% de outros programas que auxiliam a condição econômica da família.
- 78% das famílias não tem plano de saúde privado.
- Quanto às residências, 41% das famílias moram em casa alugada; 84% das moradias possuem rede de esgoto.

- A maioria dos estudantes (67%) não participa de atividades pedagógicas no contraturno escolar, enquanto 33% participam do Programa SESI/Petrobras<sup>2</sup>.

- Apenas 10% dos estudantes praticam atividades culturais e esportivas. Ainda que as condições financeiras não sejam tão precárias, o acesso às opções de lazer é dificultado devido à localização delas no centro da cidade ou em bairros mais distantes.

Considerando os dois últimos dados, que evidenciam a ausência de possibilidades de atividades culturais e esportivas para essas crianças, cabe refletirmos: como a escola pode interferir nisso? Quais são as iniciativas que podem surgir dentro da instituição e impactar o dia a dia fora dela? Estando inserida em um bairro vulnerável, talvez a escola seja o único lugar em que as crianças tenham (ou, hipoteticamente, deveriam ter) o espaço que proporciona atividades culturais e esportivas. Mas, tendo a infraestrutura precária já mencionada, talvez só o espaço em si não consiga promover isso, necessitando de iniciativas que consigam ultrapassar os muros da escola.

Conforme indicado no documento norteador da escola, a equipe considera que a Proposta Pedagógica é a forma de encarar a situação presente, visando transformações, e ressalta que “a Unidade Educacional deve ter sempre a preocupação de não ficar apenas no campo das ideias, pois, para que mudanças ocorram, elas devem possuir elementos ou ações capazes de intervir na realidade.” (PPP, 2016).

A importância de intervenções, em busca da instituição idealizada, é retomada no documento diversas vezes, mantendo diálogo com a necessidade de mudança retratada:

Vivendo nesta sociedade em profundas desigualdades sociais é preciso pensar, planejar e agir no sentido de transformar, modificar e construir o mundo. Diante disto, busca-se através da Educação, uma sociedade igualitária, democrática, justa e que possibilite o bem comum e a qualidade de vida a todas as pessoas. (PPP, 2016)

---

<sup>2</sup> Uma iniciativa do SESI e da Petrobras, o projeto Centro de Esporte e Educação no Paraná beneficia crianças de Araucária e São Mateus do Sul, por meio de atividades lúdicas, educativas, esportivas e culturais. Informações em: <<http://www.sistemafiep.org.br/centroesporteeducacao/>>. Acesso em: 07 nov. 2019.

A discriminação positiva aparece nos ideais defendidos no PPP, mesmo que nas entrelinhas, sem a utilização do termo em si, conforme o seguinte trecho:

É preciso ainda compreender e respeitar a criança, o jovem e o adulto nas suas particularidades e diferenças, mas garantindo uma mesma qualidade, sem a qual se estaria apenas perpetuando a desigualdade, a opressão, o autoritarismo, a discriminação de gênero, o racismo e tantas outras formas de preconceito. (PPP, 2016, p.31)

Em relação ao ensino aprendizagem, a escola acredita que “o aprender se torna mais interessante quando o estudante se sente competente pelas atitudes e métodos de motivação em sala de aula” e, ainda, que “para que o estudante aprenda, os conteúdos devem relacionar-se com sua prática social, superando-a”. É possível estabelecer uma possível ligação com o espaço pedagógico, tendo em vista o Parecer CNE/CEB 07/2010, relacionado às Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, que afirma:

(...) espaço curricular e físico se imbricam e se alargam, por incluir no desenvolvimento curricular ambientes físicos, didático-pedagógicos e equipamentos que não se reduzem a sala de aula, incluindo outros espaços da escola e de outras instituições escolares, bem como os socioculturais e esportivo-recreativos do entorno, da cidade e mesmo da região. (BRASIL, 2010, p.22)

Desse modo podemos observar que, mesmo que alguns aspectos não reforcem a situação de vulnerabilidade em que a escola está inserida, ela é existente e é reconhecida pela equipe pedagógica, que busca esforços para transformar o cenário através da educação em que acreditam. Dentro dos princípios defendidos está o reconhecimento das singularidades, a garantia da qualidade para todos, o ensino relacionado à vida dos alunos e a busca por métodos que enriqueçam o processo de ensino aprendizagem, o que dialoga com os conceitos abordados até então e abre espaço para a análise realizada.

### 3.2 O planejamento e a realização da atividade extraclasse: a viagem para Foz do Iguaçu-PR

A partir da entrevista realizada com a diretora, que era responsável pela escola no ano de 2018, foi possível compreender os caminhos que culminaram na

realização da atividade extraclasse analisada. O projeto teve início em 2014, levando as turmas de quinto ano para uma **viagem no final do ano**, com a intenção de finalizar os conteúdos de Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia e Ciências, trabalhados durante o período letivo, além de encerrar a jornada dos alunos nessa escola, já que ela oferece apenas o ensino fundamental I.

As viagens de 2014 a 2017 foram para o litoral paranaense (Morretes - Antonina - Paranaguá), sempre com dois dias, sendo um de cunho pedagógico e o outro de lazer. Considerando que alguns alunos não conheciam nem o centro da cidade em que moram, a equipe buscava oportunizar algumas vivências, como no primeiro ano, em que dos 16 alunos apenas seis conheciam a praia, então ir até lá fez parte dos planos para o segundo dia, o que tornou a viagem ainda mais marcante.

A vontade de ir para Foz do Iguaçu de avião já existia desde o primeiro ano, mas foi sendo trabalhada e amadurecida até, de fato, ser concretizada em 2018. Tendo em vista que toda saída da escola tem seus riscos e responsabilidades, até mesmo para algum lugar próximo, inicialmente houve um diálogo entre a equipe, em que a professora regente concordou com a proposta e os esforços para a realização começaram. Após cotar o custo da viagem (aproximadamente dezoito mil reais), foi iniciada a busca por patrocínios, primeiramente na própria Itaipu, que, segundo a entrevistada, realiza ações com cunho social, mas naquele ano em específico não poderia beneficiar nenhuma iniciativa, por ser um ano de eleição.

Foram contatadas outras empresas e também pessoas ligadas à política, mas em julho daquele ano eles continuavam sem ter o dinheiro necessário. Ainda assim a ideia persistiu, o que fez a equipe pedagógica realizar uma reunião com os pais para apresentar a possibilidade e verificar se eles aceitariam e autorizariam seus filhos; todos aceitaram, o que motivou ainda mais a persistência.

Acredito que a aceitação dos pais seja reflexo de uma relação positiva existente entre a escola e a comunidade, visto que é natural que qualquer atividade diferente possa causar certa preocupação, situação que foi de certa forma contornada através desse vínculo que fortalece os laços entre as famílias e os docentes, criando uma confiança entre ambos.

Ainda sem conseguir apoio de nenhuma iniciativa privada e/ou pessoa “influyente” no meio político, o diálogo passou a ser realizado com pessoas mais próximas, os próprios amigos. De acordo com a diretora,

E aí a organização foi correr de um por um, eu falei “já que nós não conseguimos o valor total então nós vamos apelar para todos os amigos, se cada um ajudar um pouquinho...” (DIRETORA, 2019).

Foi assim que em quarenta dias o valor total da viagem foi arrecadado, sendo o dinheiro proveniente dos amigos e dos professores da escola. “Nós tivemos doações desde quatro [reais] até cinco mil reais.” (DIRETORA, 2019). A entrevistada destaca que todo o dinheiro arrecadado foi utilizado para pagar apenas a viagem dos alunos, sendo a viagem dos quatro profissionais da escola paga individualmente por eles mesmos, o que ficou registrado e oficializado na prestação de contas, juntamente com os recibos.

Mais do que o auxílio financeiro, eles também receberam muitas indicações, contatos e parcerias, como com o presidente do Sindicato dos Guias Turísticos de Foz do Iguaçu, que se disponibilizou para ser o guia sem cobrar nenhum valor.

Muito além da compra de passagens, elaboração de roteiro e arrecadação, a equipe pedagógica também teve que ir atrás de algumas questões burocráticas:

As outras viagens só precisavam da identidade, então eu mesma marco a identidade lá no instituto de identificação, agendo o ônibus da prefeitura, os pais me autorizam, eu peço um documento na vara da infância, a juíza me autoriza e eu vou lá e faço a identidade de todos. Faço não, eu me responsabilizo, então eu assino e depois vou lá buscar e entrego para as crianças. Mas essa viagem, além da identidade, eles tinham que ter uma autorização, os pais tinham que autorizar que as crianças viajassem comigo, eu era a responsável pelos dezoito, e essa autorização tinha que ser registrada em cartório com firma reconhecida, então eu lembro que era doze reais e nós tínhamos pais que não tinham doze reais para ir no cartório, então nós fizemos uma vaquinha na escola e juntamos vinte reais, que era o dinheiro das duas passagens de ônibus e o valor do cartório, então tem algumas crianças que até essa autorização foi a escola que providenciou. (DIRETORA, 2019).

Em se tratando das questões didáticas da atividade, é preciso destacar que, além do conteúdo proposto pelas diretrizes ser trabalhado em sala com a professora regente, a equipe envolvida com a viagem faz um estudo dele, selecionando os assuntos mais pertinentes, desenvolvendo atividades a partir

desses e, assim, montando uma apostila preparatória relacionada à atividade extraclasse, que é trabalhada em sala antes da realização da mesma. Os exercícios são relacionados com as cinco disciplinas mencionadas anteriormente.

Analisando essa dimensão do conhecimento, lamentei a ausência de saberes ligados às Artes e à Educação Física, visto que seria possível trabalhá-los de maneira interdisciplinar e que poderiam ser explorados, valorizando ainda mais o conteúdo e a vivência.

Em todos os anos em que a atividade extraclasse foi realizada, independente do destino, a viagem foi paga para todos os alunos. A diretora menciona que mesmo nos anos em que houve colaboração financeira solicitada aos pais, quando alguém não tinha condições de pagar o valor, isso era resolvido de alguma maneira, seja por arrecadação ou “apadrinhamento” da criança; “isso nunca foi motivo de um aluno não ir, de dizer ‘aí o seu pai não pagou você não vai’, todos vão, pagando ou não pagando eles vão” (DIRETORA, 2019). Ninguém foi deixado para trás. Apenas duas crianças não participaram das atividades extraclasse realizadas durante esses anos (uma em 2014 e uma em 2018), sendo que a primeira era muito introvertida e optou por não ir, mesmo com a insistência da família e dos professores, então essa decisão foi respeitada e um documento foi assinado por sua mãe, declarando que era opção dela não ir; e a segunda, que iria para Foz, já tinha até levado a mala pronta para a escola, mas desistiu na madrugada anterior à ida.

Em meio a todo o planejamento, a maior dificuldade sentida foi a questão financeira, pelo valor total ser alto, mesmo com as parcerias e negociações fechadas na tentativa de reduzir os custos. Também foi relatada a importância de ter uma equipe pedagógica engajada e comprometida, sendo um fator determinante para a realização da atividade.

Como tudo isso começou quando eu era professora das turmas, assim, eu vou ser bem sincera, a minha dedicação para que isso funcionasse foi grande. Como deu certo a primeira vez, as pessoas começaram a acreditar mais e, ao invés de continuarem falando que eu era doida, que não ia dar certo, que os pais não iam deixar, começaram a apoiar e criou-se isso dentro da escola. Mas não é qualquer professor que topa fazer uma atividade dessa (...) (DIRETORA, 2019).

Ao ser questionada sobre a importância da atividade extraclasse no processo de ensino aprendizagem, a diretora valoriza e encara a atividade como uma formação para a vida e não apenas para os estudos.

Eu acho que muito mais do que no processo de aprendizagem, colabora com a vida deles. Porque essa oportunidade de eles viajarem (...) talvez muitos não tenham; a nossa conversa com eles é para mostrar que existe um outro lado, diferente disso que eles vivem aqui. (DIRETORA, 2019).

Mostrar outra realidade é considerado importante pela equipe porque eles acreditam que assim as crianças conhecem essa possibilidade e a importância do estudo e do trabalho, para poder desfrutar desses momentos, é reforçada. Além disso, há a dimensão de reconhecer que a atividade é uma maneira de finalizar o conteúdo, concretizando tudo aquilo que foi visto durante o ano letivo. Para a diretora e os demais profissionais que fizeram parte da atividade extraclasse, o maior fruto proveniente dela é a vivência em si e as emoções, coisas que são imensuráveis e que só quem esteve lá consegue entender, é o valor de proporcionar uma experiência como essa.

#### **4 PARA PENSARMOS EM CONJUNTO: E OS PRÓXIMOS PASSOS?**

Com nossos olhares voltados aos contrastes existentes em nossa cidade, estado, país e mundo afora, devemos estar atentos para as consequências provenientes da desigualdade e, assim, buscar alternativas que, de alguma maneira, possam diminuir esses impactos.

A partir do referencial teórico mobilizado no presente estudo, ficou evidente que a vulnerabilidade, seja ela territorial, ambiental ou social, afeta o desempenho dos estudantes de diversas maneiras e que a escola tem papel fundamental no combate a essa situação. Medidas compensatórias devem ser planejadas e exercidas de modo a eliminar as desigualdades de origem e oportunizar uma educação efetiva, holística, dando mais para aqueles que menos têm.

Na análise da atividade extraclasse realizada foi possível identificar que a equipe pedagógica estava consciente dos desafios presentes naquela escola e da necessidade de uma intervenção nessa realidade, objetivando mudanças, progressos. A educação democrática e de qualidade foi valorizada no Projeto Político Pedagógico, o que também demonstra o compromisso dos profissionais em lutar para que ela seja alcançada através de seus esforços.

O relato da atividade feita mostrou que ela foi não só uma maneira de concluir os conteúdos como também uma maneira de quebrar os padrões de segregação, mostrando àqueles alunos que há uma realidade diferente da vivida por eles, mas que eles têm a capacidade de alcançar isso.

As diferenças podem ser motivadoras quando tratadas da maneira correta, provocando vontade e possibilitando uma emancipação social. Refletir na inserção e emancipação social é justamente um dos desafios que Oliveira e Araujo (2005) apontam para a educação.

Sendo a atividade extracurricular uma ferramenta potencializadora do processo formativo, cabe pensarmos: quem está vivendo isso? Privilegiados são os alunos que têm uma experiência assim, principalmente na educação pública. Desse modo, iniciativas como essa não podem se findar apenas na realização delas mesmas, então como fazer com que elas se tornem um projeto ainda maior, sendo expandido para outras escolas e atingindo outras crianças? O que deve acontecer para que esse não seja um caso isolado?

É evidente o papel da equipe pedagógica no caso analisado, entretanto, as questões que permeiam a realidade dos estudantes e da comunidade escolar são responsabilidade do governo. Assim, essas iniciativas têm que fazer parte de algo maior, sem depender unicamente dos professores, visto que é função do estado fornecer uma educação de qualidade.

Pensando nisso e retomando o estudo realizado em São Paulo por Torres et al (2008), será que aqui os candidatos aprovados com baixa colocação também são direcionados para as escolas periféricas? E, sendo essas escolas vulneráveis as que mais precisam de recursos, quais são os esforços provenientes do sistema público para que esse investimento aconteça de fato? Como unir forças para transformar uma ação individual em um coletivo de professores, um coletivo de escolas e assim atingir as autoridades administrativas?

São esses alguns dos questionamentos que devem nos motivar a buscar os caminhos para uma educação que não feche os olhos para as diferenças e valorize as singularidades, buscando equiponderá-las. Sem nos amedrontarmos sendo “pequenos” diante das problemáticas, mas também sem assumir todo o dever dos poderes executivos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ministério da Educação**. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB 7/2010. Despacho do Ministro, publicado no D.O.U. de 9/7/2010, seção 1, p.10. Disponível em: <[http://www.prograd.ufu.br/sites/prograd.ufu.br/files/media/documento/parecer\\_cneceb\\_no\\_72010\\_aprovado\\_em\\_7\\_de\\_abril\\_de\\_2010.pdf](http://www.prograd.ufu.br/sites/prograd.ufu.br/files/media/documento/parecer_cneceb_no_72010_aprovado_em_7_de_abril_de_2010.pdf)>. Acesso em: 02 outubro 2019.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2, n. 1 (3), jan./jul. 2005, p. 68-80. Disponível em: <[www.emtese.ufsc.br](http://www.emtese.ufsc.br)>. Acesso em: 29 outubro 2019.

CARVALHO, Hamilton Harley de; BATISTA, Antônio Augusto Gomes; ALVES, Luciana. A escola e famílias de territórios metropolitanos de alta vulnerabilidade social: práticas educativas de mães “protagonistas”. **Revista Brasileira de Educação**, v. 19, n. 56, jan. – mar., 2014.

CRAHAY, Marcel. Como a escola pode ser mais justa e mais eficaz? **Cadernos CENPEC**, São Paulo, v.3, n.1, p.9-40, jun. 2013.

CURITIBA. **Projeto equidade na educação**. Prefeitura Municipal de Curitiba, Secretaria Municipal da Educação, 2015.

DIRETORA da Escola Municipal. **Entrevista**. Araucária, 23 de outubro de 2019.

DUBET, François. O que é uma escola justa? **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 123, p. 539-555, set./dez. 2004

ÉRNICA, Maurício; BATISTA, Antônio Augusto Gomes. **Educação em território de alta vulnerabilidade social na metrópole**: um caso na periferia de São Paulo. São Paulo: CENPEC, 2011.

FERNANDES, José Carlos. **Equidade na educação: nem um a menos**. O projeto Equidade e o fortalecimento das escolas mais vulneráveis da Rede Municipal de Curitiba. Prefeitura Municipal de Curitiba, Secretaria Municipal de Educação, 2016.

FREITAS, Wesley R. S.; JABBOUR, Charbel J. C. Utilizando estudo de caso(s) como estratégia de pesquisa qualitativa: boas práticas e sugestões. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 18, n. 2, p. 07-22, 2011.

GLUZ, Nora. Discriminação positiva. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM

MARTINS, Gilberto Andrade. Estudo de caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisas no Brasil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 2, n. 2, p. 9-18, jan./abr., 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; JORGE, Tiago Antônio da Silva; SILVA, Carlos Alexandre Soares da. Desempenho dos alunos e trabalho docente: análise conjunta dos dois lados da mesma moeda. In: 35º Encontro Anual da Anpocs GT06, 2011, Caxambu. **Anais...** Caxambu: Finep, 2011.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ARAUJO, Gilda Cardoso de. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 28, jan. – abr., 2005.

PPP, **Projeto Político Pedagógico**. Escola Municipal analisada, 2016.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; KAZTMAN, Ruben. **A Cidade contra a Escola?** Segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina. Editora Letra Capital, 2008.

RIBEIRO, Vanda Mendes; VÓVIO, Cláudia Lemos. Desigualdade escolar e vulnerabilidade social no território. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 2, p. 71-87, set. 2017.

ROMÁN, Marcela. ¿Por qué los docentes no pueden desarrollar procesos de enseñanza aprendizaje de calidad en contextos sociales vulnerables? **Revista Persona y sociedad**. Santiago: Ed. Universidad Alberto Hurtado e Instituto Latinoamericano de Doctrina y Estudios Sociales ILADES. V. 17, n. 1, 2003, p. 113-128.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4 ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

SISTEMA FIEP. **Centro Esporte e Educação Paraná**. Página inicial. Disponível em: <<http://www.sistemafiep.org.br/centroesporteeducacao/>>. Acesso em: 07 novembro 2019.

SOARES, José Francisco et al. **Fatores explicativos do desempenho em língua portuguesa e matemática**: a evidência do SAEB-99. Brasília, INEP, 2001 (mimeo).

SUÁREZ, Ana Lourdes; GROISMAN, Fernando. Segregação residencial e conquistas educacionais na Argentina. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; KAZTMAN, Ruben. **A Cidade contra a Escola?** Segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina. Editora Letra Capital, 2008.

TORRES, Haroldo da Gama; BICHIR, Renata Mirandola; GOMES, Sandra; CARPIM, Thais Regina Pavez. Educação na periferia de São Paulo: como pensar as desigualdades educacionais? In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; KAZTMAN, Ruben. **A Cidade contra a Escola?** Segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina. Editora Letra Capital, 2008.

## **APÊNDICE 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA**

- 1) Como surgiu a ideia da atividade extraclasse?
- 2) Quais foram os passos iniciais? Como essa viagem foi organizada?
- 3) Com quais conteúdos a atividade foi relacionada? Como?
- 4) Todos os alunos foram? Se não, como os ausentes foram contemplados?
- 5) Quais foram os desafios e dificuldades encontrados e como foram resolvidos?
- 6) Houve algum apoio ou suporte externo?
- 7) Quais foram os reflexos após a realização da atividade? Tanto na equipe pedagógica quanto nos alunos e na comunidade escolar.
- 8) Para a equipe pedagógica, qual foi a motivação para realizar essa atividade?
- 9) Pensando nos contrastes presentes na sociedade, para vocês, como uma atividade dessa colabora no processo de aprendizagem?
- 10) Esse projeto formativo é pontual ou contínuo? As crianças das outras turmas têm a oportunidade dessa vivência ou não?